



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

## ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2022

Em 21 de junho de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Participaram o presidente Renato Teixeira Brandão, representante da Sisema e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público: Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana Gabriela de Oliveira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Ilton César Dias, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Karla Jorge da Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Andrezza Carla Bueno da Silva, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG). Representantes da Sociedade Civil: Alison Frederico Medeiros Ferreira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Lidiane Pedra Vieira Melo, da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo José de Oliveira, do Espeleogrupo Pains (EPA); Victor Pires Gonçalves, Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Breno Augusto Ribeiro Arêdes, do Centro Universitário Una. Assuntos em pauta. **Item 1) Execução do Hino Nacional Brasileiro.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **Item 2) Abertura.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou aberta a 28ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas. **Item 3) Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Não houve manifestação. **Item 4) Exame da Ata da 27ª RO DE 22/02/2022.** Aprovada por unanimidade a Ata da 27ª reunião ordinária da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 22 de fevereiro de 2022. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Secult, Crea/MG, Fiemg, Abragel, Angá, EPA e Una. Ausente no momento da votação: Segov, Seapa e SME. **Item 5) Infraestrutura de dados Espaciais (IDE-SISEMA).** **APRESENTAÇÃO: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO AMBIENTAL/SUBSECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO DA SEMAD.** A apresentação da IDE-Sisema foi realizada pelo Felipe Fernandes Ladislau, da Diretoria de Gestão Territorial Ambiental (DGTA), da Superintendência de Gestão Ambiental, da Semad. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da Semad. Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “Obrigado Felipe pela apresentação. Antes de passar para os conselheiros, irei fazer só um registro, pois esqueci de fazer no início da reunião. Nesta reunião e demais reuniões da CEM, até novembro, nós faremos convites específicos para algumas instituições que têm participado das discussões, tanto do Inventário quanto do Plano de Ação Climática. Irei fazer o registro dos convites que foram encaminhados e dos convidados que estão presentes. Nós fizemos convite a Cemig, a Copasa, a Faemg, a UFMG e ao Mapa. Vou registrar os convidados presentes: a Ana Paula Bicalho de Mello, representando a Faemg; o Cassius, representando a Copasa; o Adieliton Freitas, representando a Cemig; o Rodrigo Bellezoni, representando a UFMG; e o Fernando Costa, representando o Mapa. Obrigado pela presença dos convidados e todas essas instituições serão convidadas nas próximas reuniões, nas quais faremos as discussões do Inventário e do Plano de Ação Climática, do Estado de Minas Gerais. Retornando ao item de pauta, abro a palavra para os conselheiros e para os convidados e pergunto se alguém tem alguma pergunta ou dúvida, com relação à apresentação feita pelo Felipe? Por favor, Paulo”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “Bom dia a todos e a todas. Eu queria só tirar uma dúvida, parece boba, mas é interessante. Para ter esse sistema, para ele funcionar, nós utilizamos qual satélite? De que forma? Para captar os dados via espacial, seria interessante esse dado para nós. Como funciona

isso? Qual é a concessão, a parceria? É do próprio Estado ou é uma parceria que vale registrar”? Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “Obrigado Paulo. Vou pedir para o Felipe responder. Por favor, Felipe”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “Agradecer a apresentação. Muito bem-feita”. Felipe Fernandes Ladislau (DGTA/Semad): “Bom dia Paulo. Primeiramente, gostaria de agradecer pelo elogio. Do ponto de vista de satélite em específico, a IDE disponibiliza hoje, um conjunto de mapas base, que são os mapas que quando você abre o visualizador da IDE, já possui um satélite. Que é um mosaico produzido pela Esri, uma empresa de geotecnologia, criadora, por exemplo, do software ArcGis, que é um software de manipulação de dados geoespaciais, só que esse mapa base que ela disponibiliza, é gratuito e de livre acesso. Então, todo implementador, todo desenvolvedor ou toda equipe desenvolvedora do IDEs, não tem nenhum custo, nenhuma premissa, nenhum contrato para disponibilizar esses mapas base. Então, a pessoa entra no portal Esri, dessa empresa, obtém o link, que lá existe para interoperabilizar, para integrar e dentro do seu sistema disponibiliza aquele mapa base. Anteriormente, nós já disponibilizamos mapas base do Google. Só que nesse caso o Google passou, isso é um questionamento inclusive muito recorrente no nosso suporte, sobre o mapa base do Google, só que o Google passou a cobrar pela replicação do serviço de satélites deles, com base no número de acesso. Então, quanto maior o número de acessos que a IDE tem, maior seria a cota de valor que eles cobrariam. Como a nossa premissa é trabalhar com coisas livres, com software e padrões livres, nós encerramos a entrega desse mapa base do Google e passou a trabalhar com o da Esri, que é gratuito. Para além disso, dessa disponibilização desse satélite, nós não temos específico nenhum acordo ou parceria com alguma entidade ou órgão que trabalhe com imageamento e com sensoriamento remoto. O Sisema hoje dispõe de uma parceria com a Polícia Federal, disponibilizando imagens daquele convênio com a plataforma Brasil Mais, só que não está vinculado diretamente com a IDE-Sisema não. Então, para além desse mapa base da Esri, nós não temos nenhum acordo e parceria para disponibilizar imagens de satélite. Aquela imagem de satélite da IDE disponível é gratuita. Qualquer desenvolvedor pode pegá-la e replicá-la em sua IDE. Espero que eu tenha conseguido esclarecer”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “Só um complemento. Nesse caso, partindo do princípio que todos os dados são abertos, são disponibilizados ao público, existe alguma parte que é mais específica, interna do órgão, do Estado, que tenha necessidade de ter esses dados armazenados e guardados, de forma de segurança? Existe alguma parte nessa IDE, em que por exemplo, se vier a ter algum boicote de alguma fonte do Sistema, que nós sejamos prejudicados, ou não há isso? Porque é gratuito, e pelo que estou entendendo o Google chegou a cobrar, mas se tem tantos acessos a política deles é não cobrar, justamente por causa dos acessos. Mas independente disso, a pergunta é sobre a questão de segurança do que o Estado produz de informação. Os dados que são públicos, maravilha, aqueles que porventura o Estado tenha como estratégico ou interno, existe essa parte também ou nesse projeto não tem isso”? Felipe Fernandes Ladislau (DGTA/Semad): “De todos os dados que a gente disponibiliza hoje com infraestrutura, caso esses dados possuam alguma restrição, por exemplo, o caso mais clássico é o da questão da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), inclusive a nova Resolução Conjunta da IDE, ela orienta muito melhor quanto a esse procedimento. Quando chega um dado, quando se recebe um dado do Sisema, que possua alguma restrição por parte da LGPD, esse dado vai ser consistido. Então, vai ter uma unidade administrativa junto ao comitê gestor que vai analisar esse dado, verificar esses problemas de restrição, que não podem ser divulgados, e caso esse dado não possa ser dissociado, vamos supor uma informação de natureza de pessoa física ou jurídica, que não possa ser dissociado do dado, ele não entra na IDE, porque a nossa premissa é trabalhar com dados que são públicos. Se o dado que tem algum problema de restrição ele não vai entrar e nós aqui enquanto comitê gestor de infraestrutura, não armazenamos dados que não possam publicados dessa maneira. Por exemplo, dados que tem esses problemas de restrição de pessoa física, jurídica ou que tem algum impedimento restritivo de licenciamento, de outorga ou alguma coisa assim, se precisar de algum sistema para armazená-los, não será no IDE. Vai ter que ser em um outro sistema, uma outra forma de organizar. Então, essa consistência pré, recepção ou pré encaminhamento para a IDE, é uma consistência que a nova resolução traz e é feita junto com a unidade. Por exemplo um dado de EIA/Rima que tenha alguma pessoa de natureza jurídica, de imagem restritiva, passamos para a equipe de Regularização Ambiental avaliar: é possível disponibilizar algo desse dado sem ter essa restrição? Se for possível, nós vamos fazer a consistência para poder replicar. Não sendo possível, então esse dado não vai para a IDE-Sisema. Não sei se consegui responder, mas a grosso modo, dados que têm esse problema de restrição, não entram na IDE-Sisema, por causa da premissa de ser público”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): Entendido, obrigado pela explanação, pelo que já vimos, até em outras apresentações da IDE-Sisema, os dados por

exemplo da preservação dos ecossistemas no Estado. Vamos puxar um dado assim, as unidades de conservação do Estado representam quantos por cento no Estado hoje? Vamos ter como puxar esse dado? Tem como exemplificar para gente isso? Tem como aproveitar esses dados? Essa informação por exemplo, a gente pode resgatar, ela já está sintetizada no sistema? Felipe Fernandes Ladislau (DGTA/Semad): “Eu não vou te dizer que é possível na nossa plataforma de visualização, mas como eu explanei mais cedo se você puxar esses dados para um software de processamento, um QGIS, um ARCGIS, você consegue fazer isso, sim! Você consegue pegar por exemplo as Unidades de Conservação e calcular isso em relação a área do Estado. É possível fazer isso. Disponibilizar isso na IDE-Sisema envolveria uma conversa, uma articulação com a unidade produtora desse dado. Então, dentro do IEF, nós temos uma Diretoria de Unidades de Conservação e essa Diretoria teria que trabalhar essas métricas para poder disponibilizar ou um estudo sobre isso ou esse dado bruto replicado no IDE-Sisema. Mas de qualquer forma se o usuário quiser fazer isso por conta própria ele usa aquele protocolo, aquele link de consumo e faz os cálculos”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “Se solicitarmos a equipe de vocês, é possível fazer isso e apresentar para a gente em uma próxima oportunidade, para termos esse extrato”? Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “Deixa eu contribuir com a discussão. Conselheiro Paulo é importante registrar que a IDE-Sisema é uma plataforma de disponibilização de informações geo-espacializadas, então as áreas técnicas, como o Filipe disse, são responsáveis por esses dados. Então não seria a equipe da IDE-Sisema disponibilizar essas informações. Seria a equipe específica do IEF, que já trabalha essas informações e a gente poderia solicitar que a equipe do IEF trouxesse os dados sobre as unidades de conservação, sobre a área total, essas informações poderão ser solicitadas e acho que o IEF vai ter total prazer em trazer essa informação. Mas temos que registrar que a IDE-Sisema é uma centralização de informações geo-espacializadas, mas dentro do Sisema cada área é responsável por essas informações e quando a gente vai solicitar um dado específico, o ideal é que a gente busque junto a fonte dessa informação, que é nesse caso é quem administra as unidades de conservação do Estado e eles podem trazer essa informação até mais detalhada do que a equipe da IDE-Sisema”. Felipe Fernandes Ladislau (DGTA/Semad): “Inclusive as equipes que trabalham com as unidades de conservação, eles têm uma equipe geo consolidada com total capacidade e suporte para realização de análise como essa”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “Só reforçando Presidente e deixar registrado o pedido para convidar um representante técnico do IEF para apresentar para o Conselho, sobre a cobertura vegetal, um extrato do percentual de reserva do que a gente tem no Estado. Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “A ideia é de unidade de conservação ou é da cobertura vegetal do Estado como um todo? Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “Eu gostaria dos dois, porque eu ouvi um outro dia que Minas é o Estado que mais preserva e eu discordo disso em parte, até que se prove em contrário, e eu gostaria de ter essa resposta mais técnica”. Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “Vamos fazer o registro para trazer na próxima reunião uma apresentação do IEF para falar sobre a cobertura vegetal e as informações que o Estado tem sobre cobertura vegetal de forma geral”. Conselheiro Paulo José de Oliveira (EPA): “O outro dia eu vi um dado que me preocupou, que as unidades de conservação do estado de Minas Gerais significam somente 2% da cobertura vegetal e isso é preocupante. Então seria interessante termos esse dado”. Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “Se não conseguirmos trazer na próxima, vamos verificar em qual oportunidade conseguiremos trazer essa informação para os conselheiros”. Convidado Fernando Antônio de Souza Costa (Mapa): “Parabenizar pelo trabalho de aprimoramento e aperfeiçoamento do IDE-Sisema e eu só queria saber o seguinte: na produção de energias renováveis vocês tem um mapeamento dos biodigestores que foram instalados pelas suinoculturas junto ao licenciamento ambiental? Esses dados estão sendo mapeados também junto as energias renováveis, ou não”? Felipe Fernandes Ladislau (DGTA/Semad): “Bom dia Fernando, primeiramente obrigado pelo elogio e reiterar o nosso esforço, o trabalho de manter a IDE-Sisema sempre ativa e aperfeiçoada. E sobre essa interface com biodigestores, acontece que aquele dado que eu citei no exemplo ele é oriundo do sistema de licenciamento, então ele é a localização das concessões que foram feitas para aquele tipo de triagens, de resíduos de energias renováveis. Um estudo feito na nossa Diretoria não tem essa informação e eu não saberia te dizer se existe na Semad pelo menos um estudo relacionado a esse tipo de análise e monitoramento de biodigestores. Não sei se a Feam teria também para disponibilizar algo do tipo, mas atualmente a gente não dispõe”. Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad): “Complementando a resposta do Felipe, a fonte de dado é o sistema de licenciamento ambiental. Então tudo aquilo que passa pelo rito do licenciamento, desde o licenciamento simplificado até o licenciamento trifásico entra aqui nesse levantamento ou que pode acontecer um biodigestor que

eventualmente não buscou o seu licenciamento não estar colocado aqui e tem também o limite de prazo que é a implementação do SLA, que foi a parte de 2019. Então, todos os licenciamentos a partir de 2019 de biodigestores do Estado aparecem nesse levantamento”. Convidada Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Eu gostaria de agradecer o convite de participar dessa reunião. Gostaria de trazer uma informação da Embrapa com base nos cadastros ambientais rurais em todo o Brasil e eles classificam por bioma, por Estado, por várias classificações, esse dado de 2020 e 2021, em que Minas Gerais aparece como primeiro lugar, tirando três dos maiores estados da Amazônia Legal que tem obviamente regras diferenciadas de preservação dentro do Código Florestal, após Pará, Mato Grosso e o próprio Amazonas, Minas Gerais é o primeiro lugar entre todos os demais em vegetação nativa. São dados da Embrapa, acredito que tem a ver com isso que o Conselheiro Paulo pediu para ter dados estaduais”. **6) Resultados Preliminares do 4º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa.**

**Apresentação: ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.** A apresentação foi realizada pela Kaccnny Carvalho, do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da Semad, <http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/5216>. Presidente Renato Teixeira Brandão (Semad):

“Obrigada Kaccnny, pela apresentação. Eu vou fazer o registro, inclusive do esforço das equipes, não só do Sistema de Meio Ambiente, mas da Sede e da Seapa, que contribuíram trazendo as informações para que a gente tivesse as melhores informações para realizar o inventário, mas também dos setores produtivos e industriais que também disponibilizaram as informações com relação às produções e às emissões. Então, queria registrar o agradecimento para essas pessoas que contribuíram, a equipe do ICLEI, a equipe do Estado que tem feito esse trabalho forte nessa construção do inventário estadual”. Conselheiro Victor Pires Gonçalves (SME):

“Cumprimentar o ICLEI pelo excelente trabalho, eu tenho uma pergunta em relação a escolha do ano, porque de 2015 a 2019, se a coleta de dados restringiu o uso de 2020/ 2021? E também fazer uma pergunta com relação ao setor de resíduos, porque sabemos que teve uma atualização do IPCC, quanto ao potencial de aquecimento global do metano, que agora passa a ter um componente biogênico. Eu queria saber se esses valores estão sendo utilizados e qual o método vocês estão utilizando, se é o methane commitment ou o first order decay, e de novo parabéns pelo trabalho”. Kaccnny Carvalho (ICLEI):

“A gente está usando o decaimento de 1ª ordem e a princípio sobre a última atualização do IPCC, a gente está usando o AR5, a GWP de 2013, são mais comumente utilizados. Então, acaba que aparte de metano ainda não pegou essa atualização, porque a parte de mudanças da terra a gente não pode colocá-la somente para resíduos, ela teria que se expandir para follow e a parte de estoques, ela é enigmática quanto a como utilizar, como converter o metano. Por isso a gente optou pelo AR5, ainda, ao invés da utilização do AR6. Não fiz última atualização do AR6”. Presidente Renato Teixeira Brandão:

“E com relação ao intervalo de dados, que é a outra pergunta que o Victor trouxe”? Kaccnny Carvalho (ICLEI): “Ah, sim. A gente optou pela maior utilização dos dados possíveis, só que 2020/2021 a gente além seu ano da pandemia, não temos dados suficientes que componham todos os setores. Então da mudança de uso da terra principalmente a parte de desmatamento. Então, é importante que a gente tenha os dados robustos iguais para todos os setores, para termos um estado coerente confiável e com menor nível de incerteza. Então é importante que a gente tenha a qualidade e a completude dos dados em todos os anos, mas os dois 2020 e 2021 não temos esses dados. Isso acabou limitando até 2019. Se o Alessandro quiser complementar”. Presidente Renato Teixeira Brandão:

“Algum complemento Alessandro”? Alessandro Ribeiro Campos (Feam): “Bom dia Presidente, conselheiros, convidados e demais participantes. Obrigado Kaccnny pela resposta e obrigado Vitor pela pergunta. Presidente não tem complementação, é o que realmente a Kaccnny nos trouxe. Eu vi que no início das discussões havia uma incerteza, inclusive sobre o impacto da pandemia nos setores, ele os atingiu de forma diferenciada, alguns deles recuaram nas emissões, em outros casos houve um aumento e temos alguns vazios em termos de dados, em alguns setores. Então foi decidido a tecnicamente, como uma melhor opção o foco até o ano de 2019. Embora internamente a gente tenha coletado em alguns setores dados de 2020 também, avaliando esse impacto e o que a gente constatou é que houve o impacto e aí para não ter um prejuízo em termos de inventário, a gente continua conduzindo até a data de 2019”. Presidente Renato Teixeira Brandão:

“Esclarecido Victor”? Conselheiro Victor Pires Gonçalves (SME): “Perfeita a explicação, está ótimo”. Presidente Renato Teixeira Brandão:

“Temos mais algum inscrito ou mais algum conselheiro quer fazer uso da fala”? Convidado Rodrigo Bellezoni (CIT/UFGM): “Eu agradeço a oportunidade senhor Presidente. Primeiramente obrigado pelo convite e muito bom dia ao senhor, a todos os conselheiros e demais participantes. Em nome do Centro de Inteligência Territorial e também do Centro de Sensoriamento Remoto da UFGM, agradecemos

convite. Eu gostaria de fazer algumas pequenas ponderações, em cima da apresentação da Kaccnny e na oportunidade parabenizar pela apresentação, a ICLEI é uma instituição de muita credibilidade que a gente acompanha e eu tive o prazer de trabalhar com eles em projetos passados também, mas para não me alongar muito, quero falar sobre o inventário especificamente. Esse é um tema muito controverso, a questão das mudanças climáticas, é claro todos aqui somos a favor e acreditamos na ciência, estamos trabalhando para dar robustez a esse tipo de argumento, porque algo urgente e importante, mas eu acho que precisa ser bem enfatizada essa relação com dados e resultados de metodologias baseadas na ciência. Isso tem que ficar muito claro e uma forma de terminar isso transparente é dar o máximo de informação possível com relação aos métodos utilizados. Então isso daí é fundamental para ganhar a credibilidade e inclusive através de uma transparência em como essas análises foram feitas. Eu vi que vocês utilizaram como base a metodologia do IPCC e algumas diferentes abordagens, de acordo com cada setor. A abordagem de baixo para cima nos setores industriais, que são dados um pouquinho mais detalhados e específicos do setor, depois uma abordagem de cima para baixo que é o oposto, do setor de resíduos, onde se pega dados do IBGE, do SNIS, então são dados mais macro, logo é necessário que fique bem claro isso, porque depois é justamente esse ponto que enfrenta questionamento, lá na frente. E da parte de energia, eu vi que foi uma mistura de abordagens de baixo para cima em cima e de cima para baixo, top-down e bottom-up, é isso também tem que ficar muito bem definido na metodologia, é só uma sugestão para evitar problemas. E principalmente, algo que a gente vê bastante nesses estudos de emissões é o 'fator de emissão'. Então os fatores de emissão que serão utilizados, uma simples diferença no fator de emissão gera um resultado completamente diferente lá na ponta e a gente tem exemplos disso de inventários nacionais, inclusive, gerando muita divergência nos resultados finais. Então são pontos que eu sugeriria redobrar a atenção para evitar as críticas e ganhar robustez ao final do trabalho. Um outro ponto que eu queria levantar rapidamente aqui, e especificamente sobre o uso e mudança do solo, florestas agricultura florestas e outros usos da terra. Fazendo um link com a infraestrutura de dados espaciais, apresentadas anteriormente, na UFMG, no CSR, no CIT, nós a acreditamos ser necessário e urgente a integração desses sistemas espaciais. Então utilizar ferramentas espacialmente explícitas e fazer essa ligação com o inventário de emissões de gases de efeito estufa, principalmente para o setor de uso e ocupação do solo, porque ali que você precisa mapear com precisão o movimento da produção agrícola, a expansão da fronteira agrícola, como certas práticas de consumo ou de produção podem pressionar a alteração do uso da terra, que seria promover o desmatamento. E se nós conhecermos de forma espacialmente explícita, as atividades no Estado, a gente tem como controlar melhor o desmatamento e aí nesse sentido eu aproveito para divulgar um trabalho do CIT realizado junto ao Governo do Estado do Pará, onde fazemos todo esse monitoramento espacial da produção de carne e também de soja, no Estado, e baseado em sensoriamento remoto, imagens de satélite, toda uma expertise de 30 anos desenvolvida pelo professor Britaldo, do CSR, professor Raoni Rajão também do CSR, a gente consegue identificar com muita precisão o movimento das culturas, de um ano do outro, e isto a gente municia o Ministério Público, já há um acordo em andamento, uma parceria, o Ministério Público utiliza os nossos dados como uma ferramenta confiável e transparente para inclusive, dar andamento ao Termo de Ajuste de Conduta dos frigoríficos para evitar o desmatamento ilegal, já atendendo uma demanda de importadores de soja e de carne. Então, fazendo um apanhado geral, tudo isso está relacionado, no fim das contas, com as emissões de gases de efeito estufa e vai impactar positivamente ou não, no inventário do Estado de Minas Gerais. Então acho que é pertinente trazer esses pontos e havendo essa intenção de ligar a infraestrutura de dados espaciais com o inventário, nós nos colocamos à disposição, tanto CIT quanto o CSR, na UFMG, para avançarmos nas discussões nesse ponto, já que como eu disse são 30 anos de expertise nesse tema e temos ferramentas e uma equipe muito avançada, somos referência não só no Brasil, mas no mundo para tratar desses temas. Estamos aqui à disposição para evoluir, inclusive notícia quente, não vou me adiantar, mas o Ministério Público de Minas Gerais também, a gente já tem o início de uma parceria para fazer o mesmo monitoramento em Minas. Então, eu acho que seria interesse de todos tratar desse tema de forma conjunta. Eu agradeço a oportunidade e desculpa se me alonguei, senhor Presidente. Obrigado". Presidente Renato Teixeira Brandão: "Obrigado Rodrigo pelas considerações. Se você me permite, eu vou somente fazer uma colocação, Fernando, nós temos trabalhado com a UFMG, com o professor Raoni, nessas discussões sobre desmatamento, estamos assinando um termo de cooperação com a UFMG, sobre essas questões. Como eu disse assim a IDE é um visualizador dos dados que as áreas trabalham. Então, o IEF acompanhado e discutido muito próximo com a UFMG, com o professor Raoni, uma série de produtos

que podem ser trazidos para o Estado. Então o Executivo, já de antemão eu registro, que tem todo o interesse, já iniciou conversas com UFMG nesse sentido do acompanhamento, na implementação do PRA e do CAR. Então eu agradeço e vou reforçar que nós vamos estreitar e a ideia do Estado, do Executivo, para que possamos trabalhar não só na ação civil pública, que o Ministério Público trabalha, lá na frente, mas também nos aspectos de fiscalização Ambiental do Poder de Polícia Administrativa e no caso do Estado de Minas Gerais, o Executivo quer que a gente trabalhe também nesse sentido e nós vamos trabalhar aqui já por diretriz da própria Secretária, no concernente à buscarmos zerar esse desmatamento ilegal no Estado. Então, muito brigado pelo registro e reafirmo aqui toda a parceria e todo o interesse do Estado nessa parceria, Rodrigo". Convidado Rodrigo Bellezoni (CIT UFMG): "Nós agradecemos". Presidente Renato Teixeira Brandão: "Eu vou abrir a palavra para o conselheiro Fernando, antes de passar para o Alisson. Por favor Fernando". Convidado Fernando Costa (MAPA): "Eu gostaria de fazer um comentário Presidente, se puder escutar alguma fala com relação ao item foi colocado sobre a pecuária. Nós falamos muito de aperfeiçoar também esse trabalho de inventário, porque no caso da pecuária, a gente computa as emissões, mas a gente sabe também que há um sequestro de carbono quando está trabalhando com a recuperação das pastagens degradadas e é um esforço do Governo, junto à política do Plano de Agricultura de baixa emissão de carbono. Então quando a gente vê esses dados do inventário, com relação a pecuária, a gente fica um pouco preocupado em colocar um custo maior em cima do produtor, sendo que se trabalharmos com o balanço de carbono, talvez as emissões fossem um pouco menores. Então eu pergunto como o pessoal que está construindo esse inventário, vê essa questão da pecuária e do balanço de carbono"? Presidente Renato Teixeira Brandão: "Fernando, eu vou passar para Kaccnny, Marine e Alessandro responderem. Alison, eu vou pedir um tempinho para a sua manifestação. E se vocês quiserem também explorar um pouco quê que foi trazido pelo professor da UFMG e também fiquem à vontade para esclarecimentos". Alessandro Campos (Feam): "Fernando, é muito bom te ver participando da CEM, espero que continue daqui para frente, que consolide essa participação e possa trazer sempre as contribuições para as discussões sobre energia e mudanças climáticas. Eu queria agradecer o Rodrigo pelas ponderações, é excelente, ótimo e muito bom ver a participação do CIT e do CSR, dentro dessa Câmara, pois temos muitas oportunidades de discussões e de contribuições. Esses setores e unidades são sempre vistos como parceiros, pois é a minha casa de formação acadêmica. Enfim, Fernando, a preocupação inicial no início das ações do projeto, iniciamos as ações técnicas, foi preconizado colocada uma premissa que é tentarmos evoluir os inventários, para que a gente também é consiga utilizá-los como a ferramenta de monitoramento. Essa é uma perspectiva porque está em conjunto, a próxima apresentação que é o plano de ação, que na verdade é um conjunto, o inventário é parte do plano de ação. Mas, já entendemos naquele momento inicial que teríamos que tentar fazer algum tipo de avanço para trazer algum tipo de representação. Em especial para o setor de agropecuária que tem um plano setorial robusto, funcional e em especial em Minas, é executável e é muito avançado, tentarmos trazer, representar todas as ações que são desenvolvidas ali, para repercutirem e a gente conseguir, com toda a limitação que é possível em termos metodológicos, representar de alguma forma a repercussão dessas ações dentro dos inventários. Então a gente vem buscar discutir isso, tecnicamente, quando trazendo os dados setor olhando os fatores de emissão, a gente tem tentado avaliar sob essa perspectiva mesmo, de como responderia, no mínimo, deixar as conexões preparadas para que no futuro a gente consiga entender como essas ações setoriais estão impactando e se elas não estão conseguindo serem representadas no inventário, o que a gente precisa aperfeiçoar para que elas possam impactar. A pastagem degradada que você citou, é uma delas. Mas, é preciso falar que isso é um passo além, de certa forma um avanço em termos de inventário. Metodologicamente, ela não prevê essas conexões de forma de forma explícita, elas fazem isso de forma indireta, porque a cada vez que você visita um comentário, você revisita os fatores de emissão, que caracteriza aquela região. Então no primeiro momento, eles acabam sendo representados, na medida que a gente faz esse exercício de pegar os fatores e buscar fatores mais representativos, localmente, isso acaba refletindo. Agora, a gente precisa para o outro, lado que tenha ações correndo em paralelo, para que essa 'Brasil informações' sejam acessíveis, de forma que a gente precisa ter um quadro, precisa ter informações suficientes, sendo produzidos e sendo pesquisadas, para que isso consiga chegar lá em termos de fatores, por exemplo. Tem fatores que a gente entende que é uma especificidade do estado de Minas Gerais e ele vem uma consolidação de dados, de representação grande que e olhado sob uma perspectiva de método científico para que eles sejam validados e incorporados. Eu não vou me alongar mais do que o necessário e respondendo diretamente, é que a gente vem com essa preocupação.

Entendemos que esse aqui é um dos momentos que a gente vai poder discutir, trazendo essas contribuições de quem está mais perto da fonte de informação. Passo a palavra às meninas, caso queiram complementar”. Kaccnny Carvalho (ICLEI): “‘Contempladíssima’ com o que você falou agora, é exatamente isso. O inventário é uma fotografia das emissões de um período de tempo, então contemplando o que o professor comentou, as imagens de satélite são de extrema importância para o Estado de Minas conseguir evoluir nisso, vai ser junto pioneirismo muito grande. O mapa biomas tem também, mas ele não consegue dar toda a precisão no Brasil inteiro. Quanto mais representar a realidade local melhor, você estuda não só para as estimativas, mas também para a fiscalização e evolução das emissões. Sobre a parte de metodologia de metodologia, ela vai estar mais detalhada para cada setor, no relatório. Então podem ficar tranquilos quanto a isso. E sobre os fatores de emissão, para representar a realidade local e nacional, a gente sempre busca os fatores de emissões de estudos feitos no país, de acordo com o que está inventário nacional. Então falar do MCTI e alguns fatores a gente consegue utilizar os defaults de IPCC, que eles dependem às vezes dos setores de indústria. Eles são utilizados de acordo com a forma de produção. Então eles podem ser utilizados em qualquer lugar, desde que a rota de produção seja basicamente a mesma. Então não interfere tanto. Mas, a gente está nesse cuidado, temos um banco de dados dos fatores de emissão, as fontes de dados e também está todo mundo claro relatório, com forma de anexos. E também estamos tendo o cuidado de sempre revisitar os fatores, ver se eles estão sendo coerentes, porque como a gente tem inventário nacional até 2016, então é sempre bom fazer essa comparação para ver se estamos indo no caminho certo, se não está tendo uma superestimação, uma subestimação das missões no Estado”. Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado. Acho que ficou claro que temos um desafio nessa questão da barra de pastagem degradada, mas que a gente faz está fazendo com as informações que a gente tem hoje que não quer dizer que a gente não esteja atento também essas questões, Fernando. Mas é a informação que a gente tem e que a gente vai usar para o inventário”. Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira (FIEMG): “Bom dia senhor Presidente. Eu gostaria de cumprimenta-lo, a todos os conselheiros e conselheiras e demais pessoas que estão participando da reunião. Eu tenho duas perguntas, a primeira é referente a: qual seria o prazo final para fechamento do tratamento e validação dos dados e posteriormente do relatório final? A segunda seria: haverá um momento para consulta pública nos resultados e abertura para possíveis considerações dos setores? São estas as minhas colocações, senhor presidente”. Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado. Alessandro, Marina e Kaccnny, por favor”. Alessandro Campos (Feam): “Obrigado pela pergunta. Em termos de cronograma, temos uma versão até 30 desse mês, estamos caminhando de forma que acreditamos que conseguiremos chegar nesse resultado, dentro dessa data prevista. E sim, já estamos programando, inclusive vamos disponibilizar uma versão preliminar aberta, já com os resultados, com a metodologia toda descrita para receber contribuições. A ideia é realmente construir um instrumento de forma transparente, de forma participativa, é uma exigência da natureza do próprio documento, do próprio estudo. Na tentativa de buscar representar as fontes de emissão e de remoção, lembrando que esse é um inventário de emissões e remoções antrópicas, a gente quer aproximar o quanto mais da realidade característica. Sendo que existem essas exigências metodológicas que a gente tem que fundamentar em informações consolidadas, que a gente tem assegurado que são representativas. Estão previstas estas etapas de organização, receber contribuições, de termos alguns aspectos de validação. E aí eu quero poderá também, aproveitando a sua pergunta, que é esse inventário, diferente dos outros, no caso nós estamos no quarto inventário. Esse é um inventário diferenciado, pois estamos fazendo uma mudança de perspectiva, primeiro inventário exportável para uma equipe técnica mais ampla e de grande representatividade que é o acompanhamento da equipe ICLEI, que traz para nós novos procedimentos, no que tange à organização e criação dos inventários, uma metodologia consistente, além disso trazendo toda a ajuda nas discussões, na análise dos dados, na navegação dos fatores. E aí um ponto importante dessa mudança é que foi preconizado também uma participação na construção. Então tivemos as etapas iniciais, inclusive nós tivemos uma etapa prévia de capacitação, que foi fornecida pela equipe do ICLEI para elaboração de inventários, dessa a tipologia de inventário houve a participação de vários seguimentos, convidamos principalmente fornecedores de dados. Primeiro fazer esse elo participativo de contribuição e segundo para que seja assimilado por todos e tenha essa construção coletiva. Então, houve a participação com capacitação de 20 técnicos, técnicos de órgãos internos do Sisema, da Feam, Igam, IEF e Semad. Tivemos participação de técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede), da Seapa, Epamig, Emater. A atuação de convidados e colaboradores da Fiemg e da Faemg também tiveram a oportunidade de participar desse processo de capacitação, para



entenderem como é o funcionamento dessa informação, como que ela entra e como ela acaba saindo. Tem toda uma complexidade que envolve as metodologias, então no ponto do ponto de vista do fornecedor de dados para eliminar essa caixa cinza e que não dá para entender o que fornece dados ele sai do outro lado na forma de estimativa de emissão, a gente também tentou fazer essa participação”.

Presidente Renato Teixeira Brandão: “Alison, é isso, nós trouxemos os setores para entenderem o inventário, desde o início, mas independentemente disso nós vamos ter uma oportunidade de disponibilização da versão preliminar e que os setores ou a sociedade presente a avaliação deles para que a gente possa trazer todas essas visões do inventário. Então nós vamos ter esse momento de apresentação de uma versão preliminar e depois receber as contribuições de todos os atores. Com a perspectiva do final desse mês, disponibilizar a versão preliminar, não é Alessandro”? Alessandro Ribeiro Campos (Feam): “Isso mesmo, senhor Presidente”.

Convidada Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Senhor Presidente, obrigada mais uma vez. Eu queria trazer uma informação para a Kaccnny, quando ela mencionou a questão de florestas, o fato de Minas ter, se não me engano, 2.3 milhões de hectares de florestas plantadas. Kaccnny, esse dado é de florestas plantadas, atividade econômica, é o dado que eu falei anteriormente da Embrapa é de vegetação nativa. Então, esse dado que você colocou, quando a gente trata de mudanças climáticas, a gente tem a remoção do CO2 por essas florestas plantadas e ainda tem o estoque de carbono de toda essa vegetação nativa que eu mencionei anteriormente, ainda vai ter todo o sequestro também no âmbito do Programa de Regularização Ambiental, aqui de Minas, assim como do Brasil, também, que vai trazer um histórico muito grande. Eu vi o pessoal falando de mapa, etc., de repente seria uma estratégia interessante mapear - a gente tem um mapa das remoções de carbono - Onde é que estão sendo feitas as remoções de carbono no estado de Minas Gerais? Isso é interessante para gente conhecer, porque realmente como Fernando falou, as remoções e as emissões são feitas assim de forma, vamos dizer, dissociadas e no nosso setor especificamente, na agricultura e pecuária, isso acontece de forma indissociável. E mais um questionamento sobre metodologia, trazer um testemunho, de ter participado das capacitações. A matéria é realmente muito complexa, não é fácil, não é fácil entender, a gente colocou muitas dúvidas, muitas questões de pontos de especificidades da agropecuária brasileira. E sabemos que a metodologia do ICLEI, a gente tem que ter um inventário que converse com os demais inventários dos outros os outros lugares dos outros países, enfim né a gente tem que ter uma metodologia conversável com todas os demais. Entendemos isso, claro, mas trazer também as dificuldades de por exemplo: a gente tem que se adequar a uma metodologia internacional, feita por atores que estão acostumados com as características de outros países e a gente tem uma agropecuária muito peculiar no Brasil. Por exemplo, a gente tem um sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. É um sistema único que a Embrapa até tem protocolo de carbono neutro, mas que você tem floresta na caixinha das metodologias climáticas, a floresta está de um lado, você tem agricultura, a agricultura de outro lado, pecuária para de outro lado e no entanto, elas ocorrem todas juntas, num sistema só numa área só. Então, só para trazer um pouquinho dessa complexidade, é uma coisa que a gente não conseguiu contornar muito bem, uma coisa muito difícil, eu acho que a gente vai precisar ainda evoluir daí para frente, nesse e nos próximos inventários, evoluir constantemente. E de nossa parte, entregamos, ao Alessandro, os fatores de emissão por cadeia, por tipo de atividade, etc., tanto da pecuária, que é um livro específico, quanto também da Agricultura que é outro livro específico. E eles têm características de regiões diferentes, no Sul é uma coisa, no Sudeste outra coisa, no Nordeste outra coisa. E também do livro de adaptação às mudanças climáticas. Então, foram essas as nossas contribuições. Obrigada”.

Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado. Alessandro, Marina e Kaccnny, têm alguma consideração”? Alessandro Campos (Feam): “Sem considerações, Presidente. Só o agradecimento a Ana Paula pela participação no processo”.

Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu vou agradecer novamente a participação de todos os setores que contribuíram, trazendo essas informações, eu acho que foi muito bom a participação dos setores, acompanhando esse processo como um todo. Então, não tendo mais inscritos, passamos para o próximo item de pauta”. Item **7) Resultados Intermediários e próximos passos planos de ação climáticas. Apresentação: ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade.**

Presidente Renato Teixeira Brandão: “Para realizar a apresentação, eu passo a palavra à Marina”. Marina Lopes (ICLEI): Bom dia! Eu sou assessora de Baixo Carbono Resiliência do ICLEI Brasil, acho que a maioria de vocês já me conhece de outras reuniões. Bom, retomando esse slide que já foi apresentada pela Kaccnny, essas são as etapas de desenvolvimento do projeto como um todo, estamos no momento de finalização da relatório de inventário, como já foi comentado, e a partir disso a gente inicia a consolidação de fato do relatório do Plano Estadual de Ação Climática, que já é uma fase final de desenvolvimento do projeto,



porque já é a fase que vai beber de todo esse conhecimento que a gente adquiriu dos produtos anteriores e utilizar essas informações para propor as medidas de mitigação e adaptação, que mais têm a ver com as características específicas do Estado e com as suas necessidades. Falando especificamente do Plano de Ação Climática, destrinchando um pouquinho as etapas inerentes a ele. Mas antes é importante retomar o que é o Plano de Ação Climática, ele tem esse objetivo de apontar quais são os caminhos sugeridos mais estratégicos para o Estado, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e se adaptar os efeitos da mudança do clima. Diante deste cenário que estamos vendo para as próximas décadas, que já foi comentado, que é um cenário de redução de precipitação, que vai influenciar toda a agricultura do Estado, extremos climáticos cada vez mais frequentes, a gente teve no início do ano aquele vento de inundações, no norte do Estado, que foi muito significativo. Então o plano vai oferecer essa sugestão de caminhos mais estratégicos para o Estado lidar melhor com esse cenário diferente que se aproxima e nas próximas décadas, nesse contexto de mudança do clima. Só para mencionar também que eu acho importante, ao mesmo tempo em que a gente está fazendo esse plano para Minas Gerais, também está sendo elaborada em nível Municipal, um plano com a capital Belo Horizonte. Então é muito interessante que os dois estejam sendo feitos ao mesmo tempo, mostra o comprometimento dos mineiros no enfrentamento à mudança climática e os dois Com certeza vão estar muito relacionados. Dentro da elaboração do plano em si, após todas essas etapas que nós já cumprimos, estamos finalizando com o inventário, as etapas seguintes que nós temos é o estabelecimento de visão e eixos estratégicos para o plano, priorização de medidas, o detalhamento e a consolidação dos relatórios preliminar e final, do plano de ação climática. O estabelecimento, a divisão e os eixos estratégicos são muito importantes para entender qual é esse objetivo o final, nas próximas décadas. Então a gente não só quer alcançaram a neutralidade de emissões até 2050, para cumprir com os compromissos do Race to Zero com que o Estado se comprometeu e também apoiar o país no compromisso de neutralidade de carbono estabelecido no acordo de Paris, mas além disso um plano de ação climática envolve muitas esferas, além da redução de emissões de hidratação. Então tem muito a ver com promoção de biodiversidade, de bem-estar da população ou redução de vulnerabilidade. Então, é nessa etapa que a gente vai entender de fato qual essa visão que a gente busca, por que só a partir dessa visão do futuro que a gente consegue ter um olhar reverso, para chegar lá. Como que a gente tem que conversar com a minha agora e a partir disso a gente consegue propor as medidas de mitigação e adaptação. É importante falarmos também do porque a gente tem essa fase de priorização dessas medidas. Essa fase existe para possibilitar que cheguemos a números mais concisos de medidas que sejam mais estratégicos, que vão direto ao ponto, que têm um potencial de trazer maiores resultados e benefícios para o Estado. Isso é necessário, principalmente porque, em se tratando de um plano estadual, a gente consegue propor milhares de medidas, que são específicas para cada região, para cada município, para cada tipo de ação. Então é uma infinidade de possibilidades que podem ser propostas para esse caminho, para o desenvolvimento urbano sustentável e enfrentamento da mudança climática no Estado. Só que a consolidação de um plano com milhares de medidas é totalmente ineficiente do ponto de vista de gestão desse plano do monitoramento da implementação dessas medidas propostas. Porque quanto mais medidas a gente tem, menos a gente consegue ter um olhar próximo de como estão sendo implementadas, quais os desafios, o que precisa ter um ajuste de rota nos próximos anos. Então nós sempre propomos que seja um plano robusto, mas que isso esteja agregado em um número de medidas tão grande, para que tanto a população, quanto o Estado consigam fazer esse monitoramento próximo e verificar se está de fato avançando. Porque quanto mais medidas, quanto maior essa infinidade de medidas, mais acaba virando um plano 'peso de papel', e é isso que a gente não quer. Então, esse processo de priorização de medidas é muito importante por causa disso, para que consigamos chegar em um número conciso de medidas, bem estruturado em diversos setores, para gente conseguir ter esse acompanhamento nas próximas décadas, já que é um plano que vai para envolver tanto as medidas de curto médio e longo prazo. O detalhamento de medidas também é muito importante nesse sentido de garantir a implementação. Então, nesse detalhamento a gente vai explicar melhor, até a parte de priorização as medidas vão ter um caráter um pouco mais generalista. Mas, na fase de detalhamento a gente já consegue especificar melhor cada ação, fazer sua descrição, identificar correlações com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, quais benefícios que vão além da mitigação e adaptação. Então, como eu mencionei anteriormente, com benefícios em saúde, em bem-estar, em um fortalecimento a biodiversidade. São várias com benefícios podem ser identificados, com geração de empregos e é nessa fase também que a gente vai conseguir atribuir responsabilidades. Então, cada medida vai ter uma secretaria ou órgão que vai ser responsável

por acompanhar aquela medida específica mais de perto, vamos ter indicadores de acompanhamento da sua implementação. E tudo isso vai ficar bem estruturado no plano de ação climática final, local, que na verdade é estadual. Então a partir dessa finalização do inventário, a gente vai avançar nessa escadinha, chegando no plano de ação climática e é importante dizer isso: por que que a gente está esperando o relatório ser finalizado? A gente já está estruturando algumas metodologias para esse processo de visão, priorização de medidas, mas é importante que a gente tenha esse resultado do inventário antes, justamente porque esse panorama de missões vai ser muito relevantes para o estabelecimento de medidas. Então, só para dar um exemplo ilustrativo, não necessariamente vai ser a realidade de Minas Gerais, mas vamos supor que o setor de energia elétrica seja o maior emissor de gases de efeito estufa do Estado. Claramente não vai ser isso, pelo que a gente já está vendo dos resultados preliminares, mas vamos supor que seja o maior responsável seja setor elétrico. Então na hora de ir propor medidas, priorizar, não adianta a gente dar um nível de importância muito maior por exemplo, ao setor de agricultura. Porque a longo prazo isso não vai ter um resultado significativo na redução de emissões em um estado em que o principal é a geração de energia elétrica, por exemplo. Então esse exemplo totalmente ilustrativo, foi dado só para vocês entenderem o porquê é importante obter esses resultados do inventário, para seguir nesses próximos degraus de desenvolvimento do Plano de Ação Climática. Porque a partir dele que a gente já vai ter uma visão de quais são os eixos mais estratégicos. A efetividade da redução de emissão da adaptação climática vai depender muito de atacar justamente endereçar esses atores que são mais emissores, garantindo com que a redução de emissão seja mais eficaz e ocorra de forma mais célere nos próximos anos. Em relação ao Plano de ação climática eu só queria apontar essas próximas etapas, a gente vai estruturar esses procedimentos para estabelecimento de visão e as suas estratégias. Vai ser uma etapa mais participativa do que as que a gente já teve até então, pelo própria característica dessa fase que é muito propositiva, mesmo que a gente tenha feito um processo bem amplo de apresentação das metodologias do inventário, capacitação, ainda assim ficou um pouco mais restrito ao público geral, por ser uma fase mais técnica, mais complexa, que demanda conhecimento prévio, mas na parte do plano de ação climática de proposição de medidas, a intenção é expandir mais esse público que tem entrado em contato com a gente, conseguir chegar nas regiões mais vulneráveis do Estado, para garantir que vai ter essa representatividade que vai realmente que vai realmente atender às aspirações da população, em consonância com as aspirações do setor público, para o futuro do Estado. Então eu já aproveito este momento para agradecer a participação de vocês e também convidá-los a acompanhar os próximos passos, que a gente conta muito com vocês para essa proposição de medidas, para o estabelecimento desses eixos estratégicos. A gente vê aqui pela participação de vocês pelas perguntas que está todo mundo bem interessado em contribuir e isso nos deixa muito feliz. Então eu espero que vocês continuem nas próximas etapas ativos e atuantes como estão no momento. Isso para a gente e para o plano é uma riqueza imensa. Eu acho que a gente pode abrir um tempinho para perguntas". Renata Maria de Araújo (Feam): "Bom dia a todos. Em razão de uma outra agenda do presidente, temporariamente eu assumo a presidência da Câmara, agradeço a Marina pela apresentação, é um prazer revê-la. Abro a palavra para os conselheiros que queiram fazer comentários, perguntas ou tirem dúvidas com toda a equipe. Todos estamos à disposição. Convidado Adieliton Galvão (Cemig): "Bom dia a todos. Eu queria parabenizar o Estado pela iniciativa, tanto do inventário quanto do Plano de ação climática impacta no licenciamento ambiental. E a minha pergunta vem em relação a como esse Plano de Ação Climática vai se conectar com o licenciamento ambiental. O Estado aderiu o Race to Zero. Por exemplo, se nós tivermos projetos visando o licenciamento ambiental de atividades altamente intensivos em carbono, e aí de forma geral, sejam térmicas, cimenteiras, enfim de uma forma ampla. Nós vamos conseguir obter esse licenciamento? Ele vai ter uma série de condicionantes ligados a medicação ou à compensação? E as vezes a mitigação já é o 'estado da arte' em temos de construção de empreendimentos, que continua sendo altamente intensiva a emissão de gases de efeito estufa mesmo sendo o estado da arte em termos de emissões. Então, minha dúvida é essa, se a conexão no Plano de ação com o Licenciamento Ambiental de atividades intensivas em carbono". Marina Lopes (ICLEI): "Prefeito Adieliton, obrigada pela pergunta. Bom, essa é uma pergunta que nesse momento ainda não é possível responder, porque ela vai depender justamente dessas medidas que a gente vai estabelecer para os Planos de ação climática. Mas, eu já adianto que quando a gente fala nessas medidas de mitigação e adaptação, a gente fala de diversos tipos diferentes de medidas. Então podem ser englobadas medidas de infraestrutura, de comunicação educação, medidas institucionais. É todo um rol que a gente pode se debruçar sobre os diferentes tipos, para propor diferentes medidas. Então, a questão

de licenciamento, provavelmente seria alguma medida de caráter institucional de revisão de políticas de licenciamento, mas realmente algo que não dá para responder agora, pois vai depender de todo esse debate público, que a gente fizer sobre quais as medidas devem ou não adentrar o plano, quais são prioritárias. Mas o que eu posso o que eu posso citar como exemplo, só algumas coisas que aconteceram em outras cidades, a nível municipal, a nível estadual, que em algumas regiões que a gente faz o plano de ação climática, é frequente que acontece a proposta de vincular o licenciamento ambiental a medidas de mitigação adaptação do empreendimento. Então tornar como um requisito a concessão da licença é que o estabelecimento, a atividade, já propõe desde das fases iniciais de planejamento e operação, já propõe essas medidas para reduzir os seus impactos. Mais de novo, isso é algo que a gente vai ver no decorrer do desenvolvimento do Plano, da proposição de medidas como são. Tem uma questão jurídica também que precisa ser analisada, sobre qual é a relação com toda a regulamentação dos processos licenciatórios, mas isso é algo para os próximos capítulos. Peço desculpas se a resposta foi um pouco decepcionante, mas é algo que pode ou não aparecer no plano depender de como acontece os processos de priorização e quais são as maiores demandas que vão ser colocadas pelo Estado e pela população". Alessandro Campos (Feam): "Obrigado Presidente, obrigada Adieliton, obrigado pela colocação. É muito pertinente, isso traz o campo prático e como a Marina já adiantou, a previsão de fazermos um tratamento nesse nível de avaliação é pré-requisito da construção, é um direcionamento institucional que a gente avance para a prática. As ações têm que trazer em diversos níveis, mais que para garantir que a gente esteja na trajetória da neutralização a gente tenha os caminhos já construídos e as soluções. Possivelmente vai encaixado dentro de uma de uma solução, dentro de uma medida de mitigação e talvez seja esse o encaixe metodológico. Então a estrutura é exatamente como a Marina já colocou. Vamos ter desdobramentos a partir dos eixos estratégicos, avaliados, a partir dos eixos, há definição de medidas, dentro das medidas vêm as soluções para empregar essas medidas e as metas, para garantir sejam as trajetórias. É importante frisar temos uma infinidade de caminhos para a neutralidade, que é um dos objetivos do Plano. Nós vamos sair desse plano de ação, desse documento, um caminho para chegar até lá. É o caminho que vai representar sim uma discussão, uma participação coletiva, é uma construção coletiva baseada em informações de melhor qualidade em termos da projeção dos cenários e da entrada das medidas. E eventualmente, lá na frente, quando já estivermos discutindo, e eu espero que todos estão aqui continuem participando e a ideia é esse grupo aumentar. Mas, os convites iniciais foram iniciais mesmo, para um pequeno grupo, mas a ideia é que isso vá ganhando corpo à medida que a gente for avançando com essas etapas, que a Marina colocou, e sejam levantadas essas medidas. Eu imagino que essa questão foi trazida especificamente pela necessidade de tratamento diferente dentro desse contexto, de comprometimento. O que eu quero dizer é que, atividades menos intensivas tenham esse ganho na hora da avaliação dos impactos, na descrição do licenciamento, que elas também sejam representadas, uma vez que a gente tem um conjunto de atividades acontecendo mesmo tempo. Já temos algum alinhamento e discussões iniciais já traçadas com a Semad, para avançarmos nesse sentido". Convidado Adieliton Galvão (CEMIG): "Ok. Só complementando a minha fala, o setor empresarial, normalmente tem um planejamento de longo prazo. E porque eu estou colocando essa questão? Ou seja, as vezes projetando instalações ou unidades industriais para começar a operar daqui 8, 10 ou 12 anos, por exemplo, e dependendo do caminho que for seguido nesse plano de ação, e eu estou falando especificamente de forma bem objetiva de mitigação e em termos de atividades intensivas em carbono, se isso chegar a um ponto em que falar: 'o Estado não será permitido mais dentro do trabalho a ação climática ou não será feito, por exemplo na atividade x, que é altamente intensivo em carbono'. Isso é uma decisão que tem que ser tomada pelo Estado, mas tem que ser sinalizado com alguma antecedência, para que os investidores projetem ou não seus investimentos aqui. Ou seja, ao lado contrário de estarmos fazendo um exercício muito bem feito, que é em termos geração de energias renováveis. A gente tem a questão do licenciamento, a gente tem incentivado de uma forma muito grande que a sinalização que estamos dando é o que a gente quer, que é esse tipo de atividade dentro do nosso Estado. Eventualmente a gente vai ter que dar essa sinalização também por outro lado. Ou seja, a esse tipo de atividade a gente vai ter ou não ter no nosso estado, dentro dessa questão do caminho do a neutralidade climática. Então, eu acho que é uma oportunidade que temos dentro desse plano ao construí-lo. E aí focando muito na mitigação, enfim para dar essa sinalização de forma antecipada, para que se evite que os seus projetos industriais caminhem e quando se chega às discussões da licença prévia, se depois de um grande estudo, verifique-se que esse tipo de atividade não via ser executado em nosso estado. Então acho que é um momento de fazermos essa

discussão de forma robusta e definir o que a gente aceita ou não aceita, ou aceita tudo desde que mediante a tantas compensações, por exemplo. É nessa linha que eu dou a minha sugestão”. Alessandro Campos (Feam): “Obrigado Adieliton, pela contribuição. Renata Maria de Araújo (Feam): “Perfeitamente conselheiro, já fizemos as anotações relacionadas a sua preocupação, que é muito pertinente, inclusive e como o Alessandro colocou, nós já temos alguns estudos iniciais, fizemos segundas ações em um grupo conjunto da Feam com a Semad, com base em algumas medidas que já são previstas pela Adapta Clima, plataforma do Ministério do Meio Ambiente e fazendo, então uma simulação com os termos de referência que existem hoje para licenciamento. Então já pensando inclusive nesse foco de empreendimentos instalados em operação e com algum tipo de planejamento de curto prazo para obter algum tipo de licença prévia, nós já estamos fazendo esse trabalho no momento paralelo, mas é um estudo, um trabalho conjunto que só pode ser concluído depois que o plano de ação climática já tiverem uma diretriz, mais ou menos estabelecido um Norte, para que a gente possa colocar a mão na máquina, vamos dizer assim, para fazer esse acompanhamento todo e promover algum ajuste, alguma revisão dos termos de referências postos até hoje”. Convidada Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Bom dia Renata e demais conselheiros. Eu queria só fazer uma ponderação, logo ali no início da apresentação que foi feito por último, tem como objetivo do PAC: redução das emissões e adaptação, são os dois focos. A minha pergunta é no seguinte sentido: redução das emissões envolve também a redução das emissões líquidas ou o objetivo é a redução das emissões e ‘ponto final’”? Alessandro Ribeiro Campos (Feam): “Obrigado pela observação. Se trata realmente da redução das emissões líquidas, vamos colocar assim. O que se projeta é o alcance de um cenário de emissões líquidas, em 2050, neutros. Isso vai passar por reduções de emissões e aumento das remoções, consequentemente. Então, é uma correção que vamos nos ater nos documentos, para sempre tratar e sempre lembrar que a gente está tratando disso”. Convidada Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Obrigada Alessandro, eu ia fazer mesmo essa sugestão para que isso claro dentro todos os textos, apresentações. Parece que é uma coisa óbvia, mas eu cheguei a ver testemunho de pessoa em Brasília, dizendo que chegaram para assinar um determinado compromisso, relacionada a emissões, dizendo ter emissões zero. Então a pessoa perguntou: emissões líquidas zero? Não, emissões zero. E venhamos e convenhamos, emissões zero é almejar o impossível. A gente teria que parar de respirar para começo de conversa, mas só para deixar claro, para que o próprio PAC trabalhe essa parte das remoções, deixando a mensagem muito clara de onde estão ocorrendo as remoções, enfim, ter essa informação que é muito importante. Obrigada”. Renata Maria de Araújo (Feam): “Algum conselheiro quer se manifestar? Não havendo, eu agradeço aos conselheiros e aos senhores convidados. Agradeço a participação de todos, a participação da equipe toda do ICLEI, sempre muito próxima, nossa construção de todos esses documentos, agradeço as contribuições. Fizemos todos os registros, as recomendações e as contribuições de vocês e desejo uma boa semana a todos e um bom dia. **Item 8) ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, Renata Maria de Araújo agradece a todos pela presença, pela participação, deseja um excelente dia e uma excelente semana. E na sequência declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta Ata.

Renato Teixeira Brandão

Presidente da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas



Documento assinado eletronicamente por **Renato Teixeira Brandão, Presidente**, em 23/05/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **66448972** e o código CRC **F362DFB5**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0020692/2023-09

SEI nº 66448972